

A experiência da Abem na coordenação do Grupo Técnico Música na Escola

The experience of ABEM in coordinating the Music Technical Group at School

JUSAMARA SOUZA Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ▶ jusa.ez@terra.com.br

Desde a aprovação da Lei 11.769/2008 que trata da obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, e altera a Lei 9.394/1996 (LDB), a Associação Brasileira de Educação Musical (Abem) tem se ocupado intensamente com a temática das políticas públicas. A tarefa tem sido dialogar com a sociedade, divulgando experiências já realizadas e propondo outras intervenções concretas, eficientes e articuladas com os ministérios da Educação (MEC) e da Cultura (Minc). Além disso, a Abem vem participando dos movimentos em torno dessa temática em cooperação com outras associações, instituições e redes sociais.

Com a alteração da LDB, o campo de trabalho para os educadores musicais mostra-se extremamente promissor. Ou seja, um contingente enorme de profissionais estará envolvido na implantação da nova lei. Mas será uma inserção efetiva nas políticas públicas que fará a diferença, entendendo que o campo das políticas públicas se estende desde a gestão da educação (secretarias estaduais e municipais, conselhos), até o trabalho de ponta (oficinas e projetos financiados pelo MEC e Minc que já estão nas escolas). Isso nos demandará a organização de eventos, cursos de capacitação no nível de extensão, estratégias de capacitação para a formação inicial e continuada de professores, dentre outras estratégias¹. De uma forma cooperativa e não individualizada a Abem pode e deve participar dessas atividades, ainda que pese o tamanho das dificuldades e as descrenças por parte de alguns.

Como uma entidade que representa os professores de música, a Abem tem como tarefa discutir e promover articulações para que sua participação no campo das políticas públicas se opere através do diálogo e ocupação dos espaços democráticos. Assim, a Abem deve ser capaz de captar os movimentos, as processualidades na produção de uma área que ora se constrói. A educação musical como campo profissional se posiciona, com a aprovação da Lei 11.769/2008, em outros cenários midiáticos como o rádio, a televisão, a internet. Surgem assim novos *loci* de visualização do trabalho do educador musical potencializados em reportagens exibidas em horários nobres e pelas redes através das vias telemáticas. Pela necessidade de

1. Ver proposições discutidas pela Fundação Nacional de Arte (Funarte), conforme relato de sua representante, Maya Suemi Lemos (2010).

compreender o momento que a educação musical no Brasil vive, outras redes e grupos de professores de música se formam, como articuladores de problemas, de dúvidas e de ações. De certo modo, esses coletivos de professores se organizam e aparecem como partes da mesma questão, pressionados pelas experiências individuais vividas no ensino de música. Os encontros virtuais e presenciais desempenham, nessa fase da implantação da Lei 11.769/2008, um papel fundamental.

O presente texto relata ações relativas à implementação da Lei 11.769/2008 propostas pelo Grupo Técnico Música na Escola. O objetivo é visibilizar um modo de trabalhar coletivo e as complexidades de se trabalhar com o tensionamento acadêmico-político.

O Grupo Técnico Música na Escola foi criado em 23 de março de 2010, na audiência pública solicitada pela Abem² e realizada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul³. Tem por meta central discutir ações de implementação da Lei Federal nº. 11.769, de 18 de agosto de 2008, que trata da obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

O grupo foi constituído inicialmente por professores de música, músicos, representantes da Secretaria de Estado da Educação e das Secretarias Municipais de Educação, representantes de instituições de ensino superior em Música do Rio Grande do Sul e das Associações Brasileira e Internacional de Educação Musical, Abem e Isme, representantes de associações e ONGs.

No decorrer do ano de 2010 o grupo foi se ampliando com representantes da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, do Fórum Permanente de Música do RS, representantes de movimentos culturais e estudantes de música. O grupo é aberto a interessados e para participar basta enviar um *e-mail* para o endereço: gt.rsmusicanaescola@gmail.com

As ações do Grupo Técnico, a partir do segundo semestre de 2010, foram pautadas pela preocupação em definir seu âmbito de ação e reflexões sobre as políticas educacionais na área de educação musical o que gerou a proposição de um encontro estadual. Um ponto importante da pauta era a necessidade de abrir espaço e fomentar os debates sobre a música escolar na agenda política, considerando a mudança do governo estadual. Assim, era premente incitar ações que provocassem o diálogo entre as instâncias do governo estadual, a sociedade civil e instâncias acadêmicas. A ideia era, de um lado, discutir com um público mais abrangente os caminhos políticos percorridos na implementação da Lei 11.769/2008 e divulgar experiências bem sucedidas em municípios da região. E, por outro, consolidar um compromisso efetivo do Rio Grande do Sul com a causa, concretizada em um documento escrito a ser entregue ao então futuro governador do estado. Para tanto foi proposto o 1º Seminário Estadual Música na Escola como um evento a ser realizado anualmente.

A organização de um seminário estadual exigiu reuniões preliminares de caráter político-organizativo envolvendo deputados estaduais e vereadores municipais de Porto Alegre, fazendo com que os membros do Grupo Técnico trabalhassem concentradamente ao longo de três meses.

2. Cabe um agradecimento ao professor Cristiano Varisco, que sugeriu à Abem que uma audiência pública sobre a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas devesse ser feita no Rio Grande do Sul.

3. Para maiores detalhes ver relato organizado por Souza et. al. (2010).

O 1º Seminário Estadual Música na Escola foi realizado em 6 de dezembro de 2010, no Auditório Dante Barone, em Porto Alegre. O evento, promovido pelo Grupo Técnico Música na Escola, com a coordenação da Associação Brasileira de Educação Musical, contou com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia (CECDCT).

O seminário visou mobilizar a sociedade, em especial os gestores públicos, para a efetiva implantação até 2011 da Lei 11.769/2008. O evento visava discutir sobre as políticas públicas para o ensino da música na educação básica, analisar a situação da música nas escolas do Rio Grande do Sul e propor uma agenda de trabalho e o desenvolvimento de ações concretas. O objetivo central era o de estabelecer uma interlocução inteligente, transparente, profícua entre os membros da sociedade civil e ocupantes de posições políticas – com posições metodológicas, teóricas e epistemológicas diferentes e, muitas vezes, divergentes –, para que juntos pudéssemos estabelecer uma política ampla e efetiva para o estado do Rio Grande do Sul.

O Seminário atraiu a participação de cerca de 500 pessoas, incluindo professores e estudantes de música, diretores de escolas, prefeitos e secretários municipais de educação, músicos e interessados no tema. A presença de numeroso contingente de educadores, professores de várias partes do estado, com a representação de 64 municípios, dá testemunho do caráter regional deste congresso e revela o crescente respeito que o tema adquiriu na sociedade.

O sucesso do 1º Seminário Estadual Música na Escola foi fruto do dedicado e persistente trabalho dos participantes do Grupo Técnico⁴ e o apoio recebido da Assembleia Legislativa.

Nessa edição, o seminário foi composto de mesas-redondas, palestra, apresentações musicais e mostras de vídeos. Participaram da mesa de abertura a professora Dra. Magali Kleber (representando a Abem), o deputado estadual Miki Breier (representando a Assembleia Legislativa), o deputado estadual Mano Changes (representando a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia), o senhor Beto Grill (vice-governador eleito), a vereadora Sofia Cavedon (representando a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude da Câmara de Vereadores de Porto Alegre), a professora Dra. Jusamara Souza (representando o Grupo Técnico Música na Escola). O ponto de destaque foi a entrega da “Moção do Grupo de Trabalho Música na Escola para Implementação da Lei 11.769/2008 no Estado do Rio Grande do Sul” (texto anexo) para o então vice-governador eleito.

A segunda mesa teve como tema “Música na escola: os caminhos políticos” e contou com a participação da professora Dra. Magali Kleber (presidente da Abem), deputado Mano Changes (presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia – CECDCT), Tânia Kirst e André de Oliveira (representantes da Federação das Associações do Municípios Gaúchos – Famurs), com a coordenação da professora Dra. Cristina Rolim Wolffenbüttel (Smed

4. Destaco, aqui, o trabalho administrativo e político realizado pelo professor Graciano Lorenzi, a coordenação artística e administrativa feita pelo Professor Matheus de Carvalho Leite e pela professora Vania Malagutti Fialho, membros da coordenação geral do evento; bem como o trabalho dos membros da comissão organizadora: Cristiano Varisco, Cristina Rolim Wolffenbüttel, Denise Blanco Sant'Anna Bündchen, Eduardo Pacheco, Francine Kemmer Cernev, Márcia Regina Rönnau, Maria Cecília Torres e Sérgio Araújo, que deram um testemunho de solidariedade, generosidade e de uma enorme capacidade de um trabalho em conjunto. Estendo, também, um reconhecimento especial à professora Renita Klüsener e ao Grupo de Pesquisa Educação Musical e Cotidiano do PPG-Música da UFRGS, cujas contribuições foram imprescindíveis.

– Porto Alegre). Entre os temas que nortearam a discussão estiveram as políticas nacionais voltadas para a música e a educação musical e a participação da Abem, os projetos de lei encaminhados à Assembleia Legislativa e as experiências de formação de grupos instrumentais vinculados a projetos de inclusão social (bandas marciais e orquestras jovens) desenvolvidas pela FAMURS no Rio Grande do Sul. A palestra “Por que a música? Sobre a importância da música na educação” foi proferida pela professora Dra. Liane Hentschke, representando a Isme. Foram analisadas questões como formação de professores, currículo, repertório, políticas da área foram analisadas sob diversos ângulos, na avaliação das experiências comparadas da educação musical escolar de outros países. Os debates foram coordenados pela professora Dra. Maria Cecília Torres, do Centro Universitário Metodista (IPA).

A terceira e última mesa teve como tema “Música na escola: possibilidades e desafios da implementação da Lei 11.769/2008”, quando foram apresentadas diversas experiências com o ensino de música já implementadas em municípios gaúchos. Participaram os professores: Vera Kern Hoffmann (Instituto Superior de Educação – Ivoti), Fernando Oliveira da Silva (Smed – Cachoeirinha), Dra. Cláudia Ribeiro Bellochio (Universidade Federal de Santa Maria), Dra. Cristina Rolim Wolffenbüttel (Smed – Porto Alegre). A mediação dos debates esteve a cargo da professora Ms. Denise Blanco Sant’Anna Bündchen, da Universidade Feevale, de Novo Hamburgo.

Essa mesa teve o diferencial de trazer iniciativas do tipo local que procuram atender demandas concretas das localidades em que surgem. O debate suscitado apontou perspectivas concretas e trocas de experiências que são fundamentais nessa fase da implantação da lei. Por meio de relatos sobre a inserção da música na escola vivenciados em diversos municípios, pode-se observar que há muitos avanços. Isso tudo, entretanto, não ocorre sem problemas. O mais evidente e grave observado foi, ainda, a falta de profissionais qualificados e abertura de concursos específicos para a área.

Das apresentações musicais que intercalaram as mesas-redondas e palestra participaram os grupos: Orquestra de Câmara Jovem do Rio Grande do Sul (OCJRS) e Coro do Cerepal (Porto Alegre), Grupo de Percussão do Projeto Cuica (Santa Maria), Mano Oxy, Grupo Clan Original, Grupo CPI (Porto Alegre), Coro Feminino do Hospital Moinhos de Vento (Porto Alegre), Projeto Bate-latas (Gramado), Projeto de Música do IEI – Ascarte (Ivoti), Orquestra do Projeto Música, Ação e Inclusão (Cachoeirinha) e Orquestra do IPA (Porto Alegre). Nos intervalos foram apresentados vídeos e documentários com depoimentos e experiências com música na escola, com a coordenação do professor Cristiano Varisco⁵.

Os resultados do evento trouxeram propostas concretas para a implementação da música. A presença do senhor Beto Grill, vice-governador eleito, testemunha a importância que o governo do Rio Grande do Sul atribui ao tema. A entrega da moção selou um compromisso público do estado para o desenvolvimento de ações concretas, ágeis e duradouras, pois só assim será possível implantar e fazer cumprir a Lei 11.769/2008.

Neste sentido, tomamos este 1º Seminário Estadual Música na Escola como uma justa homenagem a todos os professores de música que se dedicam, há anos, ao aperfeiçoamento do ensino da música no Rio Grande do Sul. O seminário foi mais um passo que ocorreu e que deverá

5. Parte deste material está disponibilizada no sítio www.saladeartes.com.br.

ocorrer cada vez mais, na medida em que ficarmos convencidos de que nenhuma lei sozinha é capaz de resolver os problemas práticos.

As reflexões e propostas resultantes do evento, e assumidas como um compromisso do governo estadual para os próximos quatro anos, deverão definir rumos e ampliar as experiências realizadas pelos municípios. Acreditamos que as tomadas de decisões nesse tipo de fórum coletivo serão mais facilmente incorporadas, uma vez que estão devidamente apoiadas pelas entidades e representantes institucionais que o Grupo Técnico Música na Escola proporciona. Queremos desenvolver um pensamento claro e preciso de como buscar esse objetivo juntamente com o poder público.

O trabalho em políticas públicas é desafiador e provocativo porque exige não só rupturas radicais mas também sensibilização para tópicos pouco contemplados em nossa formação acadêmica, como o funcionamento do sistema educacional público, o funcionamento do sistema político partidário, a tramitação de leis, a proposição de audiências públicas e campanhas, entre outros. Estes seriam desafios presente na formação profissional no sentido de, também essa formação, ampliar seu nível de abrangência para compreensão e intervenção nos processos da vida social. Além da compreensão sobre música como conteúdo obrigatório e parte integrante da disciplina Arte, dos argumentos sobre a importância da música na educação básica, a formação inicial e continuada de professores deverá tratar da educação musical como um campo capaz de captar a complexidade nas relações sociopolíticas.

A complexidade do momento em que vivemos em especial sobre a discussão da lei deve operar no dia a dia de professores ao colocar importantes desafios de ordem teórica e metodológica para a produção acadêmica e científica. A implementação da Lei 11.769/2008 certamente trará novos modos de ver a música na escola, o que poderá levar a novos modos de trabalhar e um novo modo de ser professor de música. Talvez professores mais participativos, autônomos e mais ousados. É possível até mesmo que a lei já esteja trazendo alterações dos efeitos na vida social e profissional de professores de música ou o desejo de se tornar professor de música, como descreve Del-Ben (2010, p. 91-92).

Para concluir, apesar dos resultados positivos do 1º Seminário Estadual, é importante ressaltar que ele se constitui uma das atividades que deverão ter continuidade e não a razão de ser do Grupo Técnico. A "Moção do Grupo de Trabalho Música na Escola para implementação da Lei 11.769/2008 no Estado do Rio Grande do Sul" explicita algumas das frentes nas quais pretendemos atuar. Queremos empreender esforços para que as reivindicações expressas na moção sejam transformadas em resultados efetivos conquistados pelo coletivo que compõe o Grupo Técnico com a coordenação da Abem. Esperamos assim manter o compromisso da Associação Brasileira de Educação Musical por uma inserção qualificada e democrática da música na escola.

CONTATOS:

gt.rsmusicanaescola@gmail.com

www.saladeartes.com.br

referências

Recebido em
30/11/2010

Aprovado em
10/02/2011

DEL-BEN, L. Audiência Pública: políticas de implementação da Lei Federal nº 11769/08. In: SOUZA, J. et al. Audiência Pública sobre políticas de implantação da Lei Federal nº 11769/08 na Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul. *Revista da Abem*, n. 23, p. 84-94, mar. 2010.

LEMOS, M. S. Música nas escolas: ações da Funarte em prol da implementação da Lei 11769. *Revista da Abem*, n. 24, p. 117-120, set. 2010.

SOUZA, J. et al. Audiência Pública sobre políticas de implantação da Lei Federal nº 11769/08 na Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul. *Revista da Abem*, n. 23, p. 84-94, mar. 2010.

ANEXO

**Moção do grupo de trabalho Música na Escola para implementação da Lei 11.769/2008
no Estado do Rio Grande do Sul**

Ao Governador Eleito do Estado do Rio Grande do Sul,
Sr. Tarso Genro.

As entidades abaixo firmadas vêm a público solicitar ações no sentido de viabilizar a implementação da Lei Federal nº. 11.769, de 18 de agosto de 2008, que trata da obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica.

Considerando a Audiência Pública, solicitada pela Associação Brasileira de Educação Musical, realizada em 23 de março de 2010 pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando o Grupo Técnico Música na Escola criado na Audiência Pública supracitada que tem por meta propor e monitorar ações e encaminhamentos práticos para a implementação da música nas escolas do Rio Grande do Sul;

Considerando que o Grupo Técnico Música na Escola é constituído por professores de música, músicos, representantes da Secretaria de Estado da Educação e das Secretarias Municipais de Educação, representantes de Instituições de Ensino Superior em Música do Rio Grande do Sul e das Associações Brasileira e Internacional de Educação Musical, ABEM e ISME (International Society of Music Education); representantes de associações e ONGs – como a Associação CUICA, representando, portanto a sociedade gaúcha;

Considerando a decisão do Grupo Técnico Música na Escola em encaminhar o presente documento;

Solicitamos ao Senhor Governador Eleito do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que se comprometa para que em seu Governo haja:

- 1) Criação do Cargo de professor de música;
- 2) Abertura de concursos públicos para professores de música;
- 3) Investimentos na formação continuada de professores para atuar com música nas escolas;
- 4) Investimentos na infraestrutura e instalações necessárias para a implementação da música nas escolas;
- 5) Investimentos em compras e manutenção de instrumentos musicais, equipamentos e materiais didáticos;
- 6) Fomento de grupos vocais e/ou instrumentais de diferentes estilos e formações, bem como a promoção de festivais estudantis de música na escola;
- 7) Criação de um portal para registro e socialização das ações de música nas escolas do Estado do Rio Grande do Sul;

- 8) Fomento e fortalecimento de parcerias com as instituições superiores para que o ensino de música na escola esteja articulado com as mais recentes pesquisas e avanços na área de educação musical.

Solicitamos ações em políticas públicas comprometidas com a efetiva implementação da música no estado, fazendo cumprir a Lei Federal nº 11.769/2008 e agindo para que nossas crianças, jovens e adultos possam aprender música, apreciar a cultura musical, ter alternativas profissionais na cadeia produtiva da música e tornarem-se cidadãos criativos, inovadores e partícipes da construção do patrimônio nacional.

Listagem dos participantes signatários da Moção:

- ABEM - Associação Brasileira de Educação Musical
Jusamara Souza
- CECDCT - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;
Deputado Mano Changes
Deputado Miki Breier
Sérgio Araújo
- Câmara de Vereadores de Porto Alegre
Sofia Cavedon
- ISME - International Society for Music Education
Liane Hentschke
- SEC-RS - Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul
Márcia Regina Rönnau
- SMED-POA - Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre
Cristina Rolim Wolffenbüttel
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Luciana Del Ben
- UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
Claúdia Ribeiro Bellochio
- UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Cristina Rolim Wolffenbüttel
- FEEVALE - Federação de Estabelecimento de Ensino do Vale do Rio dos Sinos (Universidade Feevale)
Denise Blanco Sant'Anna Bündchen
- Centro Universitário Metodista IPA
Elisa da Silva e Cunha
Maria Cecília Torres
- FUNDARTE - Fundação Municipal de Artes de Montenegro
Júlia Maria Hummes
- POEMA - Projeto OSPA de Educação Musical Aplicada
Elisa da Silva e Cunha
- Associação CUICA - Cultura, Inclusão, Cidadania e Artes
Eduardo Pacheco
- Fórum Permanente de Música do Rio Grande do Sul – RS
Leandro Maia
- Músicos, professores de música
Matheus de Carvalho Leite
Cristiano Varisco
Vania Malagutti Fialho
Graciano Lorenzi
Francine Kemmer Cernev